ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS POR MEIO DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – UMA EXPERIÊNCIA ANTIRRACISTA NO PROFEPT[1]

Iza Reis Gomes[2]
Sandra Aparecida Fernandes Lopes Ferrari[3]
Lediane Fani Felzke[4]

INTRODUÇÃO

Falar de relações étnico-raciais na educação brasileira é, antes de tudo, reconhecer que a escola foi, e em muitos aspectos ainda é, um dos lugares em que se reproduzem os silenciamentos históricos sobre os povos negros e indígenas. Há mais de duas décadas, a Lei nº 10.639/2003 e, posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 tornaram obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica, o que representou uma conquista dos movimentos sociais, em especial do movimento negro e do movimento indígena (Gomes, 2017; Munduruku, 2012). Contudo, entre a escrita da lei e o cotidiano das salas de aula há uma distância que precisa ser percorrida, e a formação de professoras e professores é um dos caminhos mais fecundos para encurtá-la.

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa distância ganha contornos próprios. Por muito tempo, a formação para o trabalho foi pensada a partir de uma lógica instrumental, em que a técnica se sobrepunha à cultura, à arte e às humanidades. A perspectiva da formação humana integral e omnilateral, que orienta o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT),

[1] Trabalho resultante da experiência docente na disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais por meio da Literatura na Educação Profissional e Tecnológica (Tópicos Especiais em EPT), ofertada em 2025 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama.

[2] Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com pós-doutorado em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Professora do IFRO, docente credenciada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT/IFRO e ao Programa de Pós-graduação Profissional em Letras - ProfLETRAS/IFRO. E-mail: iza.reis@ifro.edu.br .
[3] Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente credenciada ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT/IFRO e ao Programa de Pós-graduação Profissional em Letras - ProfLETRAS/IFRO. E-mail: sandra@ifro.edu.br .
[4] Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente credenciada ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT/IFRO. E-mail: lediane.fani@ifro.edu.br .

questiona essa fragmentação e propõe compreender o sujeito em sua totalidade: trabalhador, sim, mas também leitor, cidadão, portador de memória, de identidade e de história (Ciavatta, 2014; ProfEPT, 2019). É exatamente nesse ponto que a literatura nos interessa.

Como professoras do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), em Porto Velho, temos acompanhado de perto como a leitura de autoras e autores negros e indígenas mobiliza estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e da pós-graduação a revisitarem suas próprias histórias (Vieira; Gomes, 2025). Vivemos na Amazônia, região marcada pela presença de diversos povos originários e por uma população negra frequentemente invisibilizada nos discursos sobre o território, o que torna ainda mais urgente que a escola, e particularmente a Rede Federal, assuma o compromisso com uma educação antirracista. Foi com esse horizonte que propusemos e ministramos, no ProfEPT/IFRO, Campus Porto Velho Calama, a disciplina *Educação e Relações Étnico-Raciais por meio da Literatura na Educação Profissional e Tecnológica*.

Pretende-se, com este artigo, apresentar e refletir sobre essa experiência formativa. O objetivo geral é analisar de que modo a disciplina, ao articular os fundamentos da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) à leitura crítica das literaturas indígena e afro-brasileira, contribuiu para a elaboração de práticas pedagógicas antirracistas, interculturais e decoloniais na EPT.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, construído a partir da nossa prática docente na disciplina. Compreendemos o relato de experiência como uma forma legítima de produção de conhecimento, que permite sistematizar, descrever e refletir criticamente sobre uma vivência pedagógica, tornando-a partilhável com outros educadores. A esse movimento de escrita reflexiva associamos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental.

A disciplina foi ofertada em 2025, no âmbito dos Tópicos Especiais em EPT do ProfEPT/IFRO, Campus Porto Velho Calama, com carga horária de 30 horas, predominantemente na modalidade a distância, e culminou em atividades presenciais. A turma foi composta por mestrandos que atuam como professores e servidores na Educação Básica, na EPT e em outros espaços educativos. A condução coube às três autoras deste texto, cujas trajetórias nos campos dos Estudos Literários, da Sociedade e

Cultura na Amazônia e da Antropologia conferiram à experiência um caráter interdisciplinar.

O corpus analisado compõe-se: a) do plano da disciplina, com ementa, objetivos, metodologia e conteúdo programático (IFRO, 2025); b) das sequências didáticas e planos de aula elaborados pelos mestrandos como produto final do componente; c) dos registros fotográficos e materiais de divulgação do seminário de socialização e da palestra de Eva Potiguara, que integram o acervo das autoras; e d) do referencial bibliográfico trabalhado ao longo das aulas. A leitura desse material foi orientada pelos três eixos da ementa, fundamentos da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), literatura como mediação cultural e práticas pedagógicas interculturais na EPT, e buscou identificar, em cada proposta, as obras mobilizadas, os eixos temáticos e as formas de articulação com o mundo do trabalho e com a formação técnica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ponto de partida da disciplina foi o marco legal. A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei nº 11.645/2008 ampliou esse dispositivo ao incorporar a temática indígena, estabelecendo que, "nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena" (Brasil, 2008, art. 26-A). O mesmo artigo determina que tais conteúdos sejam trabalhados em todo o currículo, com destaque para as áreas de educação artística, de literatura e de história brasileiras, o que confere à literatura um lugar privilegiado nesse processo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), por sua vez, compreendem a ERER como reeducação das relações entre negros, brancos e indígenas, voltada à valorização das histórias e culturas desses povos e ao combate ao racismo e às discriminações.

Contudo, a lei, sozinha, não altera o currículo vivido. Munanga (2005) lembra que o silêncio da escola diante do racismo, bem como a reprodução de estereótipos em materiais didáticos e práticas cotidianas, contribui para ferir a autoestima de crianças e jovens negros e para naturalizar desigualdades. Gomes (2017) avança nessa reflexão ao demonstrar que o movimento negro produziu saberes identitários, políticos e estético-

ISSN: 2358-8829

corpóreos que educam a sociedade brasileira e que precisam ser reconhecidos pela escola como conhecimento legítimo, e não como tema eventual de datas comemorativas.

Para compreender por que esses saberes foram historicamente subalternizados, recorremos à crítica decolonial. Quijano (2005) explica que a colonialidade do poder se estruturou a partir da classificação racial da população mundial, padrão que sobreviveu ao fim do colonialismo e continua a hierarquizar sujeitos, saberes e formas de existência. Walsh (2009), por sua vez, propõe a interculturalidade crítica como projeto político, ético e epistêmico que não se limita a reconhecer a diferença ou a promover a convivência harmoniosa entre culturas, mas questiona as estruturas que produzem a desigualdade, articulando-se a uma pedagogia decolonial. Nessa perspectiva, trabalhar com literaturas indígenas e afro-brasileiras não significa apenas acrescentar novos títulos à lista de leituras: significa deslocar o centro de onde se produz e se legitima o conhecimento.

No que se refere aos povos originários, foi importante distinguir, com os mestrandos, a educação indígena, os processos próprios de transmissão de saberes nas comunidades, ancorados na oralidade, na convivência entre gerações e na relação com o território, da educação escolar indígena, que se refere à escola específica, diferenciada, intercultural e bilíngue garantida pela legislação brasileira. Munduruku (2012) mostra como o movimento indígena assumiu um caráter educativo, ao afirmar a presença indígena no Brasil contemporâneo e ao disputar as narrativas sobre esses povos. Graúna (2013) compreende a literatura indígena contemporânea como lugar de resistência e de afirmação identitária, uma escrita que traz consigo a memória ancestral, a oralidade e a denúncia das violências coloniais.

Do lado da literatura negro-brasileira, o conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo, foi central em nossas discussões. Para a autora, trata-se de uma escrita que nasce da experiência de mulheres negras, que é ao mesmo tempo individual e coletiva, e que não se destina a embalar o sono dos que historicamente se beneficiaram da desigualdade, mas a incomodá-los (Evaristo, 2007). Escrever e ler a partir desse lugar é um gesto político e estético que reposiciona sujeitos antes reduzidos à condição de objeto da narrativa.

Sustentam essa compreensão as reflexões de Candido (2011) sobre o direito à literatura. Para o crítico, a literatura é uma necessidade universal que humaniza, porque organiza a experiência, amplia a sensibilidade e nos permite compreender a nós mesmos e aos outros; negá-la é mutilar a humanidade dos sujeitos. Ao estender esse argumento às

ISSN: 2358-8829

literaturas indígenas e afro-brasileiras, entendemos que o direito à literatura inclui também o direito de se ler e de reconhecer-se nos textos, algo historicamente negado a crianças e jovens negros e indígenas. Araujo (2018) observa que a literatura infantil e juvenil participa da formação de imaginários e identidades, e que por muito tempo ela veiculou representações estereotipadas desses grupos, o que reforça a necessidade de uma mediação leitora crítica.

A pedagogia antirracista que buscamos construir dialoga ainda com Hooks (2013), para quem a sala de aula é um espaço de possibilidade, em que ensinar implica engajamento, escuta e transgressão das fronteiras que naturalizam a exclusão. No campo da EPT, essa perspectiva se encontra com a defesa do ensino integrado e da formação omnilateral, que tem o trabalho como princípio educativo e recusa a separação entre cultura geral e formação técnica (Ciavatta, 2014). Em pesquisa de mestrado realizada no IFRO, observamos que a leitura de escritoras negras favorece uma formação leitora humanística e omnilateral, porque permite aos estudantes conhecer a história e a cultura dos povos negros ao mesmo tempo em que confrontam a própria realidade (Vieira; Gomes, 2025). A literatura, portanto, não ocupa lugar acessório na EPT: ela é uma mediação cultural e política do processo formativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso formativo da disciplina

O plano da disciplina estabeleceu como objetivo geral promover a reflexão crítica e a elaboração de práticas pedagógicas que articulassem a ERER por meio da literatura, favorecendo a equidade e a inclusão na EPT. Como objetivos específicos, previa apresentar os marcos legais; discutir concepções decoloniais, interculturais e pluriepistêmicas; estudar a produção literária indígena e afro-brasileira; e elaborar propostas pedagógicas antirracistas voltadas à EPT (IFRO, 2025). Organizamos o percurso em três eixos, correspondentes à ementa: os fundamentos históricos, sociais, culturais e legais da ERER no Brasil; a literatura indígena e afro-brasileira na mediação cultural e na valorização da diversidade; e as práticas pedagógicas interculturais e a construção de currículos inclusivos, antirracistas e decoloniais na EPT.

As atividades combinaram leituras dirigidas, vídeos, podcasts, fóruns de discussão no ambiente virtual, análise de obras literárias e produção de materiais pedagógicos. No

repertório literário, estiveram presentes autoras e autores como Conceição Evaristo, Cuti, Cristiane Sobral, Jarid Arraes, Daniel Munduruku, Cristino Wapichana e Eva Potiguara, compondo um desenho curricular deliberadamente plural. A escolha por obras de autoria indígena e negra, e não apenas por obras que tematizam esses povos, foi uma decisão política: quisemos que os mestrandos lessem esses sujeitos a partir de suas próprias vozes. A Figura 1 reproduz o material de divulgação da disciplina, composto por capas de obras de Eva Potiguara que acompanharam o percurso.

Figura 1 – Material de divulgação da disciplina com obras de Eva Potiguara



Fonte: Acervo das autoras (2025).

Ao longo das discussões, percebemos que muitos mestrandos, embora atuassem há anos na educação, conheciam pouco a produção literária indígena contemporânea e associavam a literatura negra quase exclusivamente ao período abolicionista. Esse dado, longe de ser uma falha individual, revela o próprio funcionamento da colonialidade do saber (Quijano, 2005) na formação docente, que sempre tomou o cânone eurocentrado como medida. Os fóruns tornaram-se, assim, espaços de descoberta e de desconforto produtivo, no sentido do ensino engajado proposto por Hooks (2013).

As propostas de intervenção pedagógica

Como produto final, cada mestrando elaborou uma proposta de intervenção pedagógica, sob a forma de sequência didática ou plano de aula, voltada à Educação Básica, à EPT ou à formação de professores. O Quadro 1 sintetiza as propostas, com as obras ou textos-base mobilizados e os eixos de articulação com a EPT.

Quadro 1 – Síntese das propostas de intervenção pedagógica elaboradas pelos mestrandos

Proposta	Obra ou texto-base	Eixos temáticos e articulação com a EPT
Protagonismo de dentro pra fora: representatividade, sujeitos críticos e autônomos	*Expressões racistas: por que evitá-las* (TSE, 2022)	Racismo na linguagem, cabelo, maquiagem e identidade; curso Técnico em Química integrado; cartilha sobre produtos para cabelos e maquiagem afro.

ISSN: 2358-8829

Proposta	Obra ou texto-base	Eixos temáticos e articulação com a EPT
Sequência didática da obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*	Conceição Evaristo (2016)	Escrevivência, gênero, raça e identidade; literatura e mundo do trabalho; produção autoral em texto, vídeo ou música no ensino médio integrado.
A representatividade negra no livro *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*	Jarid Arraes (2017)	Memória e protagonismo de mulheres negras; cordel como gênero popular; revisão das narrativas históricas escolares.
A cultura indígena no Brasil	*Tomoromu: a árvore do mundo*, de Cristino Wapichana (2021)	Diversidade cultural, relação com a natureza, etnocentrismo e direitos territoriais; pesquisa e coleta de informações no 1º ano do ensino médio.
Foi vovó que disse: saberes dos povos originários	Daniel Munduruku (2014)	Identidade, memória, ancestralidade e oralidade; valorização dos saberes tradicionais.
Identidade indígena no espaço escolar: reconhecendo a diversidade étnica e cultural dos povos originários	Narrativa literária indígena	Ancestralidade, sustentabilidade, meio ambiente e cuidado com o solo; diálogo com cursos de agricultura e tecnologias ambientais.
Biguru – da memória ao canto: educação musical através da literatura indígena brasileira	*Biguru*, de Eva Potiguara (2025)	Literatura, música e artes visuais; metodologias de Kodály e Dalcroze; canções autorais inspiradas no conto; Educação Básica, EMI e formação de professores.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das propostas dos mestrandos (2025).

A leitura do conjunto permite identificar alguns movimentos importantes. O primeiro deles diz respeito ao equilíbrio entre as literaturas negra e indígena. Embora a Lei nº 11.645/2008 tenha completado mais de quinze anos, a temática indígena ainda costuma ser tratada na escola de forma folclorizada e restrita ao mês de abril. As propostas elaboradas a partir de Cristino Wapichana, Daniel Munduruku e Eva Potiguara caminham em sentido oposto: apresentam os povos originários como sujeitos contemporâneos, produtores de conhecimento e de literatura, e não como figuras de um passado remoto. A ênfase em categorias como ancestralidade, oralidade e memória, presente em várias propostas, aproxima-se da compreensão de Graúna (2013) sobre a literatura indígena como lugar de resistência.

O segundo movimento é a articulação entre formação geral e formação técnica, condição do ensino integrado (Ciavatta, 2014). A proposta construída a partir do material do Tribunal Superior Eleitoral sobre expressões racistas é exemplar nesse sentido: ao discutir termos naturalizados no cotidiano e, ao mesmo tempo, os produtos para cabelos crespos e maquiagem para peles negras no âmbito da Química, o mestrando aproximou o enfrentamento ao racismo dos conteúdos técnicos do curso. Do mesmo modo, a proposta sobre identidade indígena relaciona a ancestralidade narrada na obra literária às práticas de sustentabilidade e de cuidado com o solo, temas que dialogam diretamente com as áreas de agricultura e de tecnologias ambientais. Nesses casos, a literatura não aparece

como pretexto, mas como ponto de partida para pensar o trabalho, a técnica e a vida em sua dimensão histórica e cultural.

O terceiro movimento refere-se ao lugar das mulheres negras e indígenas na produção literária. As sequências construídas a partir de Conceição Evaristo e de Jarid Arraes colocam no centro a escrevivência e as trajetórias de mulheres historicamente apagadas da narrativa oficial, o que dialoga com o produto educacional desenvolvido no ProfEPT/IFRO a partir da poética de Evaristo (Vieira, 2025). Nessas propostas, os estudantes são convidados não apenas a ler, mas a produzir textos, vídeos e músicas, assumindo a autoria de suas próprias narrativas. Trata-se, a nosso ver, de um gesto coerente com a formação omnilateral, que reconhece o estudante como sujeito de cultura.

Por fim, chamou-nos a atenção a proposta *Biguru - da memória ao canto*, que integrou literatura indígena, educação musical e artes visuais. A partir do livro de Eva Potiguara, que narra as memórias de uma menina junto à avó que molda o barro, foram compostas canções autorais, como *Mãos que moldam: do barro à palavra* e *A bênção, vô*, com letra de Sol Cunha e música e arranjo de Denise França Reis. A proposta mostra que a mediação literária pode extrapolar a leitura silenciosa e ganhar corpo, voz e ritmo, aproximando-se da própria oralidade que caracteriza a tradição indígena.

O seminário e a palestra de Eva Potiguara: a literatura em presença

As propostas foram socializadas em um dia de seminário presencial, no qual cada mestrando apresentou sua intervenção, recebeu contribuições dos colegas e das docentes e pôde reformular aspectos de seu trabalho. Esse momento foi importante porque transformou produções individuais em conhecimento coletivo: ao ouvir as propostas dos colegas, os mestrandos perceberam conexões entre obras, áreas e níveis de ensino que não haviam considerado. A Figura 2 registra esse encontro.

Figura 2 – Seminário de socialização das propostas elaboradas pelos mestrandos



Fonte: Acervo das autoras (2025).

ISSN: 2358-8829

A atividade culminante foi a palestra presencial da escritora e pesquisadora Eva Potiguara, autora premiada com o Jabuti e uma das vozes mais expressivas da literatura indígena contemporânea. A abertura foi realizada pelos próprios mestrandos, por meio de uma performance pedagógica de dez minutos inspirada em *Biguru*, que reuniu cenário com tigela de barro, argila e lamparina, instrumentos de percussão, leitura e canto. Desse modo, a proposta elaborada na disciplina deixou o papel e se realizou diante da autora que a inspirou, como se observa na Figura 3.

Figura 3 – Palestra de Eva Potiguara e performance de abertura realizada pelos mestrandos



Fonte: Acervo das autoras (2025).

O encontro com a escritora produziu efeitos que nenhuma leitura isolada alcançaria. Ao falar de sua trajetória, de seu povo e do processo de criação de suas obras, Eva Potiguara permitiu aos mestrandos compreender a literatura indígena não como objeto de estudo distante, mas como voz viva, situada e em diálogo. Essa experiência confirma o que temos observado em outros trabalhos com escritores da Amazônia e do Brasil indígena: o contato direto com quem escreve reconfigura a relação do leitor com o texto e com a própria noção de autoria (Pereira *et al.*, 2025). Para professores que atuarão em salas de aula da EPT, essa vivência oferece um repertório concreto de mediação, que vai da escolha das obras à forma de acolher a palavra do outro.

Ao articular estudo teórico, produção de propostas, socialização e encontro com a autora, a disciplina procurou concretizar a interculturalidade crítica de que fala Walsh (2009): não se tratou de conhecer o outro como curiosidade, mas de deixar-se interpelar por outras formas de conhecer, narrar e existir, revendo as próprias práticas pedagógicas a partir delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste artigo permite afirmar que a disciplina *Educação e Relações Étnico-Raciais por meio da Literatura na Educação Profissional e Tecnológica* constituiu, no ProfEPT/IFRO, um espaço significativo de formação antirracista. Ao reunir marco legal, crítica decolonial, interculturalidade, literaturas indígena e afro-brasileira e elaboração de propostas pedagógicas, o percurso formativo contribuiu para que os mestrandos compreendessem a ERER não como conteúdo adicional, mas como dimensão constitutiva da formação humana integral e omnilateral.

As sete propostas elaboradas evidenciam que a literatura pode articular formação geral e formação técnica, aproximando o enfrentamento ao racismo de áreas como a Química, a agricultura e as tecnologias ambientais, e que pode fazê-lo valorizando as vozes de autoras e autores negros e indígenas. O seminário e a palestra de Eva Potiguara, por sua vez, mostraram a potência do encontro presencial e da performance como formas de mediação literária, capazes de transformar o que foi planejado em experiência vivida.

Reconhecemos, contudo, os limites desta experiência. A carga horária reduzida e a predominância da modalidade a distância restringiram o aprofundamento de algumas leituras, e as propostas ainda precisam ser aplicadas e avaliadas em sala de aula para que seus efeitos possam ser analisados. Esses limites apontam caminhos: a continuidade da oferta da disciplina, o acompanhamento da aplicação das propostas nos campi do IFRO e a ampliação do diálogo com escritoras e escritores indígenas e negros da Amazônia. Seguimos, assim, convictas de que a literatura é caminho fértil para articular educação antirracista, equidade e formação docente na Educação Profissional e Tecnológica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos mestrandos da turma, pela dedicação e criatividade na elaboração das propostas; à escritora e pesquisadora Eva Potiguara, pela generosidade de sua presença e de sua palavra; e ao Instituto Federal de Rondônia e ao ProfEPT, pelo apoio à realização das atividades.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Débora Cristina de. As relações étnico-raciais na literatura infantil e juvenil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 61-76, maio/jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/BxCZKXwnP7YjztvMNj5CdGM/?lang=pt . Acesso em: 9 abr. 2026.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303 . Acesso em: 9 abr. 2026.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO). **Plano da disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais por meio da Literatura na Educação Profissional e Tecnológica**. Porto Velho: IFRO/ProfEPT, 2025. Documento interno.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **Foi vovó que disse**. Ilustrações de Graça Lima. 2. ed. Erechim: Edelbra, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PEREIRA, Eliane Auxiliadora; GOMES, Iza Reis; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; NEVES-CORRÊA, Maurício; SOUZA, Shelton Lima de (org.). **Conversas sobre literatura, Amazônia e o mundo literário**: escritores contam suas experiências. Cáceres: Editora UNEMAT, 2025. DOI: https://doi.org/10.30681/978-85-7911-317-8 .

POTIGUARA, Eva. **Biguru**. Ilustrações de Lumina Pirilampus. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2025.

PROFEPT. **Anexo ao Regulamento**: bases conceituais e referenciais da formação humana integral e omnilateral. Vitória: IFES, 2019. Disponível em: https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019 .pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Expressões racistas**: por que evitá-las. Brasília, DF: TSE, 2022. Recurso eletrônico.

VIEIRA, Ivonete da Silva Cardoso. **Reflexões sobre as memórias negras femininas pela voz poética da escritora Conceição Evaristo**. Orientadora: Iza Reis Gomes. Porto Velho: IFRO, 2025. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Porto Velho Calama, 2025. Disponível em: http://repositorio.ifro.edu.br/handle/123456789/1834 . Acesso em: 9 abr. 2026.

VIEIRA, Ivonete da Silva Cardoso; GOMES, Iza Reis. A educação profissional e tecnológica no IFRO: escritoras negras na formação leitora humanística e omnilateral. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15533, 2025. DOI: https://doi.org/10.47149/pemo.v7.e15533 .

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

WAPICHANA, Cristino. **Tomoromu**: a árvore do mundo. São Paulo: Edições SM, 2021.